

## **Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público**

Pricila Anny Tomachski Albrecht<sup>1</sup> e Edite Krawulski<sup>2</sup>

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da  
Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, SC)

Este artigo aborda os motivos que levaram sujeitos graduados a prestar concursos objetivando o ingresso no serviço público. Desenvolveu-se pesquisa com 93 alunos de dois cursos preparatórios para concursos da cidade de Florianópolis, SC, os quais responderam questionário com questões fechadas e abertas. Os dados foram analisados quantitativamente, mediante compilação das respostas fornecidas, e qualitativamente, através da técnica da análise de conteúdo. Essa análise permitiu identificar um perfil dos pesquisados e os motivos da busca pela carreira no serviço público: a maioria dos participantes são jovens adultos em início de carreira profissional, cujos motivos para prestar concursos visando ao ingresso no serviço público relacionam-se predominantemente à estabilidade no cargo, à remuneração e à possibilidade de fazer carreira. Esses motivos apontados pelos pesquisados expressam a situação econômica, social e educacional vigente, na qual pessoas com ensino superior vislumbram no serviço público garantia de estabilidade, remuneração e possibilidade de carreira. Entretanto, o compromisso ético com a coletividade, característica intrínseca ao trabalho neste segmento, não foi ponderado pelos participantes. Considera-se que os resultados encontrados são relevantes para subsidiar discussões sobre a inserção e permanência no mercado de trabalho através dos concursos públicos, evidenciar a importância da elaboração de programas de orientação profissional para cursinhos preparatórios e, ainda, como indicativos da necessidade de adoção de planos de capacitação por parte das administrações públicas, voltados à natureza e às finalidades do trabalho nesse setor.

Palavras-chave: Trabalho, Concursos, Estabilidade, Serviço público, Inserção profissional.

Graduates who are preparing themselves to public office contests and the search for a stable job: reflections about the reasons for choosing public sector jobs

This article focuses on the reasons that draw college graduates to public office contests. Research had 93 students in two public contest preparatory courses in the city of Florianópolis, SC, answer a questionnaire made up of closed and open-ended questions. Data was analyzed quantitatively by compiling the answers given, and also qualitatively through content analysis. This analysis enabled the researchers to identify the contestant profile and the reasons behind pursuing a career in public service: most contestants are young adults with a fledgling career drawn to contests due to job stability, pay and career opportunities. These reasons given by the researched epitomize the current economic, social and educational status quo, in which college graduates regard public service as a means to safeguard job stability, remuneration and career opportunities. The ethical commitment to the community- an intrinsic feature regarding work in the public service sector- was not taken into account by the participants. The data extracted is deemed relevant to subsidize discussions about landing a job and staying in the job market by taking part of public contests, as well as to point out the importance of the elaboration of training programs and professional guidance in preparatory courses, and furthermore, as indicative of the need for the adoption of capacity planning geared towards the nature and goals of this sector by public administrations.

Keywords: Work, Contests, Stability, Public service, Professional insertion.

---

1 Psicóloga e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Desenvolveu pesquisa de mestrado sobre os sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos.

2 Psicóloga, Mestre em Administração e Doutora em Engenharia de Produção, área de Ergonomia pela UFSC, com tese sobre construção da identidade profissional de psicólogos no cotidiano de trabalho. É professora do curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Ex Chefe do Departamento de Psicologia da UFSC; membro do Laboratório de Informação e Orientação Profissional, LIOP. Ministra disciplinas e orienta estágios na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Desenvolve pesquisas no campo das relações indivíduo-trabalho, sobre razões da escolha e concepções da Psicologia e sobre aposentadoria e trabalho voluntário.

## Introdução

Este artigo aborda reflexões acerca dos motivos de busca de ingresso no serviço público por sujeitos que atualmente são denominados de *concurseiros* (Douglas, 2008). O estudo que o originou é derivado de pesquisa de mestrado e teve os propósitos de delinear um perfil de *concurseiros* frequentadores de dois cursos preparatórios para concursos públicos localizados em Florianópolis, SC, e de identificar os motivos que levaram esses sujeitos a prestar concursos visando ao ingresso nesse setor.

Justifica-se atentar para o setor público como alternativa de inserção e permanência no mercado de trabalho, tendo em vista que esse segmento se apresenta na atualidade com expressivo destaque (Marconi, 2003; Nogueira 2005). Profissionais com diferentes graduações procuram sua inserção no contexto produtivo através do setor público (Krawulski, 2004; Pimentel, 2007; Silva, 2004), embora, de acordo com pesquisa de Silva (2004), a opção pelo trabalho nesse setor não decorra da natureza das suas atividades, expressando antes uma alternativa à insegurança mobilizada perante a instabilidade encontrada no mundo do trabalho na contemporaneidade.

Espera-se que as reflexões aqui trazidas possam fomentar mais discussões sobre a inserção e permanência no mercado de trabalho através dos concursos públicos. Espera-se também que possam subsidiar a elaboração de possíveis planos de ação tanto para as administrações públicas, focando as peculiaridades de que se reveste o trabalho nesse setor, quanto para os *concurseiros*, no que diz respeito ao manejo da carreira no serviço público.

## Sentidos do trabalho e contextos produtivos na contemporaneidade

O trabalho é afirmado por diversos autores como categoria central da vida do ser humano e de suas formas de sociabilidade (Antunes, 2003; Codo, 1996; Coutinho, Krawulski & Soares, 2007; Krawulski, 1991, 1998). Igualmente partidária dessa ideia, Jacques (1996) ressalta que é importante compreender o homem em um contexto sócio-histórico no qual o trabalho é exaltado e confere significância ímpar à existência humana.

Ao falar de trabalho na conjuntura contemporânea, torna-se fundamental abordar os sentidos que tem para os sujeitos trabalhadores. Estudos sobre *sentidos* e *significados* atribuídos ao trabalho vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos, como o de Tolfo, Coutinho, Almeida, Baasch e Cugnier (2005), os quais em revisão de literatura a respeito de abordagens utilizadas em pesquisas sobre significado e sentidos do trabalho identificaram quatro vertentes: sócio-histórica, construcionista, cognitivista e humanista. Tais abordagens, guardadas suas devidas peculiaridades, demonstram semelhanças entre si, pois partem de uma compreensão pautada primordialmente nos contextos histórico e social nos quais os sujeitos estão circunscritos. Ressalte-se, conforme assinalam Tolfo et al. (2005), que de um modo geral os significados são construídos coletivamente em um determinado contexto histórico, ao passo que os sentidos são diferenciados, por serem balizados por uma apreensão pessoal dos significados coletivos.

A respeito dos sentidos do trabalho, Antunes (2003) afirma que uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora deste, pois não é possível compatibilizar um trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com satisfação, realização e pertença, atributos que trazem sentido para a vida dos indivíduos.

Na sociedade contemporânea os contextos produtivos apresentam-se marcados por peculiaridades nas quais prevalecem as mudanças, balizadas por relações cada vez mais provisórias, precárias e efêmeras. Elementos como a globalização e a expansão do capitalismo,

integrantes dessas características, implicam em múltiplas repercussões no âmbito das relações de trabalho, dentre as quais o crescente desemprego, o aumento dos trabalhos informais e a precarização das formas de trabalho (Coutinho, 2006). Essas consequências, aliadas às pressões do mercado, exigem cada vez mais dos trabalhadores contínuo aperfeiçoamento técnico, identificação com o trabalho e dedicação total a este. Responder a tais exigências se constitui como demanda imprescindível para que esses trabalhadores sobrevivam e busquem se adequar ao modelo societário vigente.

Entretanto, a qualificação profissional não garante estabilidade no mercado do trabalho (Alves, 2007). Apesar dos esforços, muitos trabalhadores permanecem sob ameaça de perderem seu trabalho, na medida em que o caráter transitório e efêmero, próprio da contemporaneidade, é transposto e reproduzido nos contextos e relações laborais. Tais assinalamentos são corroborados por Antunes e Pochmann, os quais afirmam que, “dentro do trabalho, vivemos o estranhamento, o risco e a iminência de sua perda. Fora, não fazemos outra coisa que não seja pensarmos em como nos qualificar mais para não perder o trabalho amanhã. É um círculo vicioso perverso” (2007, p. 20).

O discurso da qualificação constante impõe ao trabalhador a ideia de que, se ele não está “correndo atrás” do seu aperfeiçoamento profissional por meio de cursos, especializações, aprendizagem de novas línguas, entre outros, será o culpado, caso perca ou não consiga um emprego. Esse discurso, todavia, não explicita que mesmo se todos os trabalhadores fossem qualificados satisfatoriamente, ainda assim não existiriam postos de trabalho suficientes para abrigá-los (Alves, 2007).

Nesse cenário, muitos dos que enfrentam o desemprego, segundo Sennett (2006), detêm educação e capacitação, porém não encontram o trabalho procurado. Parafraseando Antunes (1999), as pessoas “se qualificam para depois permanecerem desempregados ou, na melhor das hipóteses, desempregar os que eram anteriormente 'qualificados'” (p. 58).

No contexto brasileiro, concomitantemente às mudanças no mercado de trabalho e à precarização das formas de trabalho, tem se constatado uma elevação substancial do grau de escolaridade da população, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2007). No que diz respeito ao ensino superior, o número de instituições privadas, que girava em torno de 650 em 1997, passa para 1.842 em 2004 (Nunes, 2004). Esse crescimento acelerado influenciou diretamente o aumento do número de pessoas com ensino superior. Também há de se ressaltar a criação de políticas governamentais de incentivo ao ingresso no ensino superior, seja no âmbito privado, através do financiamento facilitado das mensalidades, seja no âmbito público, por meio de projetos que visam à expansão na oferta de vagas<sup>1</sup>.

Contudo, no mercado de trabalho, as escassas ofertas de emprego parecem não corresponder às demandas derivadas da melhoria educacional da população. Segundo alguns estudiosos, o que aconteceu foi a substituição de trabalhadores mais “instruídos” por outros de menor escolaridade (Antunes, 1999; Barbosa, 2004), fato esse também evidenciado ao se constatar que a renda média de um trabalhador com mais de 15 anos de estudo e com ensino superior completo em 1992 era de R\$ 3.230,90, enquanto em 2002 um trabalhador com esse mesmo perfil tinha uma renda média de R\$ 2.115,65 (Barbosa, 2004).

Para Sennett (2006), a sociedade vigente pode ser entendida como aquela voltada para as capacitações, na qual o sistema educacional gera grande quantidade de jovens formados, porém com impossibilidade de inserção no âmbito para o qual concluíram sua formação. Corroborando essa colocação, Nunes (2006), baseado em microdados do censo do IBGE de 2000, afirmou que 53% dos graduados brasileiros trabalhavam, àquela época, em áreas não

---

<sup>1</sup> Uma iniciativa recente nessa direção foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, instituído pelo Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Esse programa tem como objetivo o estabelecimento de condições para a ampliação e permanência na educação superior. Suas principais diretrizes são a redução de taxas de evasão universitária, a ocupação de vagas ociosas e o aumento do número de vagas de ingresso nas universidades federais.

relacionadas com a formação obtida. Todas essas dificuldades colocadas pelos contextos produtivos contemporâneos contribuem para que os profissionais busquem alternativas para viabilizar sua inserção laboral.

## **O serviço público como possibilidade de inserção profissional**

Se no setor privado, apesar da melhoria educacional, constata-se que a inserção e permanência no mundo do trabalho está cada vez mais difícil, no setor público a competitividade para o ingresso também é acirrada (Nogueira, 2005). Após um período de políticas de enxugamento da “máquina administrativa” iniciadas no Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, na década de 1990, como uma tentativa de reforma do Estado (Neves, 2005; Nogueira, 2005), nos últimos anos vem ocorrendo uma retomada de admissões em cargos públicos das três esferas, resultando em expansão na força de trabalho desse setor (Nogueira, 2005).

Sobre essa retomada, que emergiu a partir do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, Nogueira (2005) afirma que esse governo estaria buscando superar os problemas acumulados na última década, com relação às características educacionais, laborais e administrativas do setor público brasileiro. Além disso, como na década de 1990, milhares de servidores se aposentaram, estando os postos de trabalho por eles deixados em “aberto”; advêm então a necessidade de suprir esse déficit através do preenchimento dessas vagas, via concursos públicos. O ingresso no serviço público obrigatoriamente através de concursos foi estabelecido pela Constituição Federal (Brasil, 1988), sendo a nomeação para cargos, empregos e funções públicas dependente de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, relacionadas com a natureza e complexidade do cargo a ser ocupado.

Também através da Constituição Federal de 1988, denominada Carta Cidadã, foram consolidados alguns direitos fundamentais dos servidores públicos civis. Nela, a estabilidade torna-se uma garantia de ordem constitucional deferida aos ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo, assegurando-lhes a permanência, desde que tenham sido atendidos os requisitos postos em lei (Dantas, 2002).

De acordo com dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG, 2009), do início do ano de 2002 até junho de 2009, foram autorizadas 161.326 vagas para concurso público em âmbito federal. As vagas ofertadas são muito diversificadas, abrangendo os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Cultura; da Defesa; do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome; da Educação; da Fazenda; da Integração; da Justiça; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento; da Indústria e do Comércio Exterior; do Planejamento, Orçamento e Gestão; dos Transportes; do Trabalho e do Emprego; da Saúde; da Previdência Social; da Ciência e Tecnologia; do Esporte; das Comunicações, entre outros. Essas vagas alcançam desde agentes administrativos, técnicos, analistas e auditores até arquitetos, assistentes sociais, bibliotecários, biólogos, contadores, economistas, enfermeiros, engenheiros, médicos, professores, psicólogos, sociólogos, entre outros.

Profissionais com diferentes graduações procuram sua inserção no contexto produtivo através do setor público. Silva (2004), entrevistando egressos de cursos de Pedagogia, História, Administração, Direito e Odontologia da cidade de Florianópolis, SC, constatou que a expectativa de ingresso no serviço público era vista por esses sujeitos não como uma opção escolhida pela natureza do trabalho naquele setor, mas como uma alternativa para lidar com o sentimento de insegurança mobilizado diante da instabilidade encontrada no mundo do trabalho. Na mesma direção, Pimentel (2007) constatou, em pesquisa com jovens recém-

formados em Psicologia na região da grande Florianópolis, SC, que estes percebiam a participação em concursos públicos como uma das estratégias promissoras de inserção no mercado de trabalho. Krawulski (2004), em pesquisa sobre o processo de construção da identidade profissional do psicólogo no seu cotidiano de trabalho, também já havia verificado que dentre os primeiros movimentos visando à inserção profissional dos sujeitos pesquisados estava a prestação de concursos para ingresso em órgãos públicos.

O setor público, em vista das perspectivas salariais, da segurança e estabilidade, e ainda das boas condições de trabalho, é visto com grandes atrativos pelos trabalhadores (Marconi, 2003; Nogueira 2005). Especificamente no Município de Florianópolis, de acordo com dados da Prefeitura Municipal (2001), a administração pública é considerada um dos três setores<sup>2</sup> mais importantes da economia, visto que a cidade, na qualidade de capital, constitui-se como centro político-administrativo, sendo sede do governo estadual e de representações de órgãos e entidades federais. Essa condição também estimula muitos trabalhadores do município e de seu entorno a buscarem oportunidades de trabalho nos diversos órgãos do serviço público.

O grau de dificuldade dos concursos para acesso aos cargos públicos, decorrente da alta proporção entre candidatos e número de vagas, tem levado as pessoas em busca de inserção nesse setor a procurarem cursos preparatórios, voltados especificamente para tais concursos. Esses sujeitos recebem uma denominação específica: são *concurseiros*, conforme Douglas (2008), por se dedicarem em tempo integral ou parcial, durante dois anos ou mais, aos estudos voltados para a preparação ao(s) concurso(s) que pretendem prestar.

Os cursinhos voltados especificamente para concursos públicos apresentam-se como uma alternativa preparatória àqueles que decidem prestar concursos, na tentativa de vencer a competitividade acirrada. Desse modo, há um variado leque de possibilidades: as pessoas podem optar em frequentar apenas aulas de matérias específicas (como português, informática, exatas ou direito), ou também realizar cursos extensivos ao longo de um ano, sejam eles voltados para um concurso em especial, sejam voltados para matérias consideradas como base para todos os concursos. A grade de horário dos cursinhos é ofertada em todos os períodos (manhã, tarde, e noite). Entretanto, a frequência de alunos é maior no período da noite, quando as turmas geralmente estão cheias, o que se deve ao fato de muitos desses matriculados, além de se dedicarem aos estudos, também exercerem atividade remunerada em um ou dois períodos durante o dia. O investimento financeiro para frequentar cursos preparatórios depende da modalidade de aula escolhida, e também do reconhecimento e prestígio que o cursinho escolhido possui perante seus alunos, ou seja, cursinhos estabelecidos há mais tempo na cidade e que possuem maior índice de aprovação nos concursos.

A pesquisa de mestrado, desenvolvida com base no exposto, objetivou compreender os sentidos do trabalho para graduados em processo de preparação para concursos públicos em Florianópolis. O presente artigo, como produto dessa pesquisa, identifica sociodemograficamente esses sujeitos e aborda sob uma perspectiva reflexiva os motivos que os levam a ingressar no serviço público, considerando o setor público como possibilidade de oferecer emprego estável, em um contexto ocupacional que tem como uma de suas características a instabilidade.

---

<sup>2</sup> Os outros dois setores referidos como mais importantes são os Serviços, que incluem hotéis, restaurantes e outros segmentos importantes, como a área de informática, e o Comércio, como articulador da infraestrutura necessária para o desempenho das relações de troca entre consumidores e empresas privadas e públicas.

## **Método**

### ***Participantes e procedimento de coleta de dados***

Os *participantes* foram 93 alunos de dois cursos preparatórios para concursos públicos localizados no município de Florianópolis, SC, os quais foram convidados a participar da pesquisa voluntariamente, nos meses de março e abril de 2009, em contato pessoal da pesquisadora nas salas de aula, previamente autorizada pela administração de ambas as instituições. Os critérios para participação na pesquisa foram já terem concluído o ensino superior e estarem em preparação para prestar concursos públicos. Todos aqueles que se dispuseram a participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, conforme preceitua a Resolução CNS 196/96, a respeito dos cuidados éticos nos procedimentos de pesquisa.

### ***Instrumento de coleta de dados***

A participação na pesquisa deu-se por meio da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas, elaborado especificamente para a ocasião, o qual foi preenchido durante as aulas e/ou nos intervalos e posteriormente entregue à pesquisadora. A respeito do questionário como instrumento de levantamento de dados em pesquisa, Chizotti (2005) assinala que consiste em um agrupamento de questões pré-elaboradas e dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de evocar dos informantes respostas a essas questões.

A elaboração do questionário utilizado tomou por base o objetivo da pesquisa e também elementos obtidos em um contato prévio com o campo, na forma de estudo exploratório ocorrido em setembro de 2008, ocasião em que foram entrevistados os responsáveis administrativos de ambos os cursinhos preparatórios. Minayo (2004) afirma que a fase exploratória da pesquisa compreende, dentre outros tópicos, a elaboração dos instrumentos de coleta de dados e a exploração do campo, tratando-se, portanto, de uma investigação prévia desse campo, a qual “permite o fluir da rede de relações e possíveis correções já iniciais dos instrumentos de coleta de dados” (2004, p. 103).

A aproximação com o campo e o diálogo com pessoas que atuavam diariamente com os *concurseiros* permitiram a compreensão de elementos como a rotina de estudos dos *concurseiros* e a sazonalidade destes em busca de preparação dependente do lançamento ou não dos editais de concursos. Assim, o estudo exploratório, além de fornecer indicativos temáticos para a construção do questionário, indicou como e quando proceder à sua aplicação.

O questionário aplicado era composto de duas partes: uma primeira buscando dados de caracterização dos sujeitos, com questões abertas referentes a idade, sexo, estado civil, curso superior e ano de conclusão, exercício ou não de atividade remunerada, tipo de vínculo empregatício e faixa salarial. A segunda parte continha oito questões (cinco fechadas e três abertas), que indagavam sobre a preparação para concursos públicos, os motivos de almejar o ingresso no serviço público, as provas para as quais estudavam àquela época e o significado do trabalho no setor público.

### ***Procedimentos de análise dos dados***

Os dados foram analisados mediante compilação das respostas fornecidas ao questionário aplicado. Através do programa *Excel* foram criadas planilhas para aglomerar os dados sociodemográficos, calculando-se os percentuais encontrados entre os elementos

convergentes. Já as questões abertas da segunda parte do questionário foram analisadas através da técnica da Análise de Conteúdo, a qual, segundo Bardin (1979), é um conjunto de técnicas de análise que visam obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção dessas mensagens. Para Minayo (2004), a análise de conteúdo parte de um primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado, ultrapassando os significados manifestos. Sendo assim, a análise do conteúdo “articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem” (p. 203).

Através da análise quantitativa e qualitativa dos dados obtidos com o questionário foi possível identificar o perfil daqueles sujeitos e também conhecer por quais motivos se encontram em preparação para prestar concursos visando ao ingresso no serviço público<sup>3</sup>.

## Resultados e discussão

### *Perfil dos concurreseiros pesquisados*

O perfil obtido inclui dados relativos a sexo, estado civil, faixa etária, ano de conclusão da graduação, área de formação, exercício ou não de atividade remunerada e a respectiva carga horária semanal, em caso positivo, bem como a faixa salarial. Também integram esse perfil dados sobre há quanto tempo os sujeitos dedicam-se à preparação para concursos públicos, se esse tempo é ininterrupto ou intermitente, há quanto tempo frequentam o cursinho preparatório, quantos concursos já prestaram, para quais concursos estão se preparando e, ainda, informações acerca de outros modos de estudo preparatório adotados, além do cursinho.

Com relação ao sexo, os dados mostraram uma busca equilibrada pela preparação para prestar concursos públicos: 51% são homens e 49% são mulheres. A respeito do estado civil, 61% são solteiros, 34% casados, 2% divorciados e 3% não informaram. Os dados relativos à faixa etária e ao momento de conclusão do curso superior dos participantes podem ser visualizados respectivamente nas Tabelas 1 e 2.

**Tabela 1: Faixa etária dos participantes**

Idade	Percentual
De 23 a 25 anos	19%
De 26 a 30 anos	43%
De 31 a 35 anos	22%
De 36 a 40 anos	11%
Acima de 40 anos	5%

Como os dados da Tabela 1 evidenciam, dentre os *concurseiros* pesquisados, 62% têm entre 23 e 30 anos de idade, e 65% têm de 26 a 35 anos de idade. Somando-se as faixas de 23 a 35 anos, porém, chega-se a 84%, resultado que mostra ser a maioria dos aspirantes ao serviço público pessoas na fase jovem adulta, iniciando uma carreira profissional. Schein (1996) propõe

<sup>3</sup> Este consistiu em um dos objetivos específicos da pesquisa de mestrado, correspondente à sua primeira etapa, relatada no presente artigo. Posteriormente foi desenvolvida uma segunda etapa por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas a 11 dos 93 sujeitos.

que uma carreira profissional é constituída por várias fases, e o tempo de progresso para as etapas posteriores depende muito da profissão escolhida e de quem a exerce. Nesse sentido e seguindo o que preceitua o autor, os sujeitos pesquisados poderiam estar situados na fase denominada de *Ingresso no mundo profissional*, segundo a qual as pessoas já passaram pelo processo de educação e aquisição de conhecimentos para determinada profissão e se encontram em um processo de adaptação à realidade laboral, iniciando sua inserção no mundo do trabalho.

**Tabela 2: Momento de conclusão do ensino superior**

Ano	Percentual
Entre 2005 e 2008	58%
Entre 2000 e 2004	25%
Entre 1989 e 1999	12%
Não especificaram	5%

Os resultados da Tabela 2, por sua vez, corroboram a condição de esses *concurseiros* serem iniciantes em suas carreiras profissionais, uma vez que 58% finalizaram a graduação recentemente, entre 2005 e 2008, e 25% entre os anos de 2000 e 2004, nos últimos seis anos, portanto.

De acordo com Melo e Borges (2007), diante das dificuldades de ingresso no mercado de trabalho após a finalização de uma graduação, uma estratégia, dentre diversas outras presentes, é o retardamento de projetos relacionados à constituição familiar. Com base nesses autores pode-se então conjecturar que o dado referente à maioria de pessoas solteiras (61%) estaria relacionado ao fato de essas pessoas estarem justamente em movimento visando a uma inserção profissional mais definitiva pela via do ingresso no setor público.

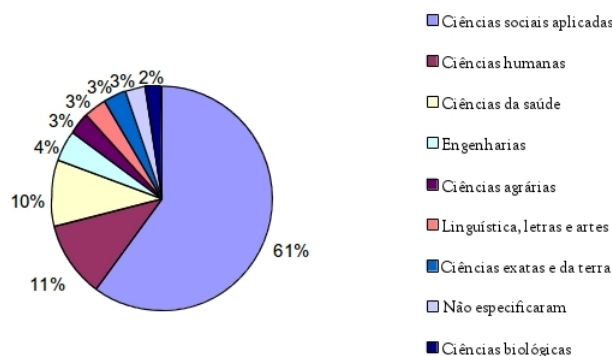
Deve-se considerar na análise desse dado também a faixa etária (Tabela 1), uma vez que a maioria (62%) tem até 30 anos de idade e o ensino superior concluído, pois 58% dos sujeitos é constituído de recém-formados. Esses percentuais guardam coerência entre si, apontando um perfil específico dos *concurseiros* como adultos jovens de ambos os sexos com tempo de formação inferior a cinco anos.

Tais percentuais, porém, não revelam o porquê de pessoas com esse perfil pretenderem ingressar no serviço público. Podem-se conjecturar algumas opções, que mais adiante serão abordadas: essa pretensão decorreria de não terem conseguido se inserir e/ou permanecer no setor privado? Ou estaria indo ao encontro da natureza e finalidade das atividades desenvolvidas no setor público? Ou estaria relacionada a uma decepção com a formação acadêmica de origem?

Quanto à formação, os resultados foram agrupados de acordo com a classificação por áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2009) e compõem a Figura 1.



Figura 1: Cursos dos participantes agrupados por área de conhecimento



A área na qual se concentrou o maior número de participantes (61%) foi a de Ciências Sociais Aplicadas, contemplando os cursos de administração, arquitetura, ciências contábeis, direito, economia, jornalismo, publicidade, serviço social, tecnólogo em gestão de marketing e turismo e hotelaria. Em algumas regiões do Brasil, estudantes e graduados principalmente nos cursos de direito, mas também nos de administração e de ciências contábeis, associam essas graduações a possibilidades de prestar concursos públicos, uma vez que muitos editais em seus requisitos de escolaridade disponibilizam a oportunidade para essas áreas. Embora os resultados encontrados no que se refere à formação possibilitem refletir sobre essa questão, evidenciam ainda que os concursos atraíam profissionais de outras áreas, como enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, biólogos, psicólogos, geógrafos e engenheiros, entre outras, mesmo em menores proporções, levando a conjecturar que a expectativa de ingresso no setor público seria buscada como alternativa para lidar com a insegurança diante da instabilidade e da escassez de oportunidades profissionais para muitas áreas presentes no mundo do trabalho contemporâneo.

A respeito do exercício de atividade remunerada, 70% dos sujeitos declararam que conciliam trabalho e estudo, restando que apenas 30% dedicam-se exclusivamente à preparação aos concursos. Dentre os que trabalham, 77% possuem carga horária semanal de no mínimo 30 horas, evidenciando que dedicam grande tempo à atividade laboral e necessitam organizar o resto de seu tempo com os estudos, família, lazer, amigos e outras atividades.

A faixa salarial daqueles que trabalham pode ser constatada na Tabela 3. Segundo esses dados, a maioria (61%) possui renda aproximada de até quatro salários mínimos, e apenas uma pequena parcela (17%) tem renda mensal que pode ser considerada relativamente alta, se comparada à realidade brasileira, tomando por base dados do IPEA (2007), segundo os quais em setembro de 2006 a renda média mensal dos brasileiros era de R\$ 888,00, em valores atuais pouco mais de um salário mínimo e meio. Considerando, porém, que 39% dos *concurseiros* possuem renda acima de quatro salários mínimos, esse resultado leva a conjecturar que os motivos de busca pela inserção no serviço público não se relacionam apenas a demandas de ordem financeira, mas atrelam-se também à estabilidade de rendimentos e de carreira proporcionada por esse segmento. Os motivos pelo ingresso no serviço público tratados posteriormente fornecem outros elementos para análise dessa questão.

**Tabela 3 – Faixa salarial mensal dos participantes**

Faixa Salarial	Percentual
Até R\$ 1.000,00	20%
Entre R\$ 1.000,00 e 2.000,00	41%
Entre R\$ 2.001,00 e 3.000,00	22%
Acima de R\$ 3.001,00	17%

Ainda dentre os que trabalham, 41% declararam que sua atividade profissional atual não possui relação com sua formação acadêmica. Tal número corrobora as ponderações de Sennett (2006), a respeito da grande quantidade de sujeitos formados e não inseridos no âmbito para o qual concluíram sua formação. Refletem também a situação econômica e social nacional, na qual para Nunes (2006), como consequência dessa realidade, há um grande contingente de jovens brasileiros graduados apenas para participar de concursos ou para obter diplomas.

O perfil dos sujeitos identificou ainda o tempo dedicado à preparação para prestar concursos: mais da metade (56%) estava estudando há no máximo seis meses, aqueles que estavam se preparando entre sete e 12 meses somam 17%, e períodos maiores de tempo dedicado, chegando a mais de 30 meses, representam 27%. Semelhantes são os resultados do tempo mínimo de frequência ao curso preparatório: a maioria (59%) estava frequentando o cursinho há no máximo três meses; 19% o frequentavam entre três e seis meses. Já a frequência por um período maior, entre sete e 12 e entre 13 e 18 meses, representou respectivamente 11% e 6%. Não especificaram o tempo 5%.

Sobre esses tempos de preparação e de frequência ao cursinho, deve-se levar em consideração que em ambas as instituições pesquisadas, por conta de editais de concursos recém-lançados<sup>4</sup>, e também pela época do ano (março e abril de 2009), havia mais pessoas recentemente matriculadas, e conseqüentemente com alunos frequentando os cursos há pouco tempo, circunstância que repercutiu nos quantitativos encontrados.

Sobre o número de concursos prestados, 41% já realizaram de um a três concursos, 26% prestaram de quatro a seis, 9% de sete a dez, 13% fizeram mais de 10 concursos. Apenas 7% ainda não haviam prestado nenhum concurso e 4% não informaram esse dado. Tais dados mostram que, apesar de mais da metade dos respondentes estarem se dedicando há menos de seis meses à preparação para os concursos, a maioria já estava prestando ou já havia prestado concursos, indicando que esses sujeitos têm ao menos algum conhecimento acerca de como são estruturadas as avaliações e seu grau de dificuldade.

Com relação à questão aberta sobre outros meios de preparo para os concursos além do cursinho, grande parte dos respondentes afirmou estudar também em casa, nos momentos de folga, com auxílio de livros, apostilas, videoaulas e CDs, entre outros. A internet foi referida como meio para esclarecimento de dúvidas e participação através de grupos de estudos e fóruns *online*. Alguns participantes também estudam em bibliotecas e durante o expediente de trabalho. A resolução de provas de concursos anteriores do órgão para o qual está se preparando, a busca de informações com pessoas que já prestaram concursos e a leitura de jornais para atualização de assuntos gerais também foram estratégias citadas para complementar a preparação para concursos. Outros afirmaram ainda realizar atividades físicas, pois para determinados concursos a avaliação física também é eliminatória.

<sup>4</sup> Naquele momento, por exemplo, havia sido aprovado edital para concurso em nível nacional para Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda, o qual requeria apenas ensino médio concluído e oferecia salário inicial de R\$ 2.590,42. Havia também a expectativa de lançamento iminente de outros editais considerados importantes, como da Polícia Federal e da Receita Federal, geralmente com poucas restrições de escolaridade, mesmo em nível superior.

O grau de escolaridade exigido nos concursos a serem prestados foi identificado através da questão aberta “*Para qual(is) concurso(s) está se preparando neste momento? Especifique o(s) cargo(s), o(s) órgão(s) e o(s) grau(s) de escolarização exigida(s)?*”. As respostas permitiram identificar que 39% estavam se preparando para concursos que exigem apenas nível médio e 29% o faziam para concursos cuja exigência é o nível superior, independente da área. Aqueles em preparação para concursos tanto de nível médio quanto de nível superior representaram 21%, e 11% dos respondentes não especificaram. Esses resultados indicam que os *concurseiros* pesquisados buscam cargos não necessariamente relacionados com a sua formação acadêmica e vão ao encontro de estatísticas analisadas por Nunes (2006), segundo as quais 53% dos brasileiros graduados trabalhavam em atividades não relacionadas com a sua graduação. Essa estatística compõe o que Sennett chamou de economia das capacitações: “o sistema educacional gera grande quantidade de jovens formados, mas impossíveis de empregar, pelo menos nos terrenos para os quais foram treinados” (2006, p. 83).

De modo geral, os elementos apresentados configuraram um perfil dos *concurseiros* pesquisados, o qual fornece elementos significativos de compreensão sobre a busca do emprego estável. Trata-se de homens e mulheres jovens adultos caracteristicamente no início de suas carreiras profissionais, investindo determinado período de suas vidas à preparação para concursos públicos. Considerando os dados apresentados e avaliando que de certo modo estes caracterizam o perfil de futuros servidores públicos, confirma-se, conforme aponta Neves (2005), uma nova e crescente configuração nesse segmento, ocorrendo cada vez mais nesse setor o ingresso de trabalhadores com grau de escolarização elevado.

### ***Motivos da busca pelo serviço público***

Visando conhecer o que motivava a busca pelo ingresso no serviço público, o questionário aplicado apresentava a pergunta “Por que você decidiu fazer concursos públicos?”, oferecendo como opção as alternativas: qualidade do ambiente de trabalho; flexibilidade de horário; estabilidade no cargo; remuneração; carga de trabalho; carências de alternativas na iniciativa privada; possibilidade de carreira; natureza das tarefas desenvolvidas e outro(s) motivo(s), podendo mais de um ser assinalado. A grande maioria assinalou as alternativas: estabilidade no cargo (89%) e remuneração (83%). Demais alternativas também foram assinaladas, embora com menor frequência, como possibilidade de carreira (36%); carências de alternativas na iniciativa privada (18%) e qualidade do ambiente de trabalho (16%).

Esses percentuais, a partir das alternativas de respostas oferecidas, evidenciam os motivos pela busca de inserção no serviço público e levam a conjecturar que, ao optarem por esse segmento, essas pessoas seriam por ele atraídas muito mais pelas suas supostas garantias e vantagens do que por outros elementos como a natureza do trabalho realizado. A esse respeito, Matos (1994) já havia salientado a estabilidade e o salário como os fatores mais motivadores na permanência dos funcionários no serviço público. Soratto (2000, p. 94) complementa ressaltando que em nosso país, em função das altas taxas de desemprego e do crescimento de ocupações informais caracterizadas pela instabilidade, “não é de se estranhar que tenhamos um campo propício para a valorização dessa característica de segurança associada ao trabalho”.

De acordo com Schein (1996), as pessoas tendem a apresentar determinadas inclinações profissionais. Pode-se conjecturar que os resultados aqui encontrados convergem para o que esse autor denominou de referência profissional pautada em segurança/estabilidade. Em sua concepção, todas as pessoas precisam de certo grau de segurança no decorrer de suas vidas; “para alguns indivíduos, porém, segurança e estabilidade são fatores predominantes ao longo de suas carreiras, a ponto de orientar e limitar as suas principais decisões profissionais” (1996, p. 51). Partindo dessa lógica, para esses sujeitos a estabilidade e os demais benefícios relacionados ao trabalho no serviço público são supervalorizados, em detrimento de outras características que esse mesmo trabalho possa apresentar.

Pretendeu-se complementar os dados acerca dos motivos de busca pelo ingresso no serviço público com a pergunta aberta: “*Para você, o que significa trabalhar no serviço público?*”. A análise das respostas fornecidas apontou temáticas similares às alternativas assinaladas na questão anterior sobre por que decidiram fazer concursos públicos, com a prevalência dos temas estabilidade e remuneração sintetizando a expressão do significado do trabalho no setor público.

Outro tema emergente foi a qualidade de vida, expressa nas respostas, porém, como consequência dos benefícios de estabilidade e remuneração proporcionados por esse trabalho, como pode ser exemplificado neste trecho: “*Acredito que o setor público cria uma estabilidade não só financeira como também psicológica, pois em função dos benefícios oferecidos ele acaba tornando mais tranquila a vida dos que nele ingressam*” (Participante 69). Com efeito, Codo (1996) aborda a estabilidade no emprego como uma vantagem social, uma vez que, em decorrência desta, “as pessoas dormem mais tranquilas, sabendo que seu emprego aguardará impávido na manhã seguinte” (p. 24).

O tema idade também emergiu nas respostas fornecidas a essa questão, uma vez que não constitui critério de avaliação ou discriminação nos concursos e/ou no ingresso no setor público, por força legal, ao contrário da iniciativa privada, que dificulta o acesso e a permanência dos trabalhadores de faixa etária mais alta: “*Significa de certo modo uma segurança, pois na iniciativa privada a idade é fator decisivo*” (Participante 20). Sennett (2006), a respeito dessa temática, refere que o fantasma da inutilidade ronda aqueles que já não são tão jovens, pois as empresas preferem contratar um jovem de 25 anos a ter um empregado mais velho, para o qual o piso salarial será mais alto, sem contar os custos onerosos dos programas de retreinamento. É nesse sentido, para este autor, que “na economia moderna a idade é adotada como critério de medida da inutilidade” (2006, P. 90). Antunes (2005) complementa afirmando que trabalhadores já passados dos 40 anos de idade, quando desempregados, dificilmente conseguem se recolocar no mercado.

Cabe salientar um aspecto que deveria ser primordial e que aparentemente não foi explicitado pelos sujeitos pesquisados: o compromisso ético com a coletividade, que em tese, ao menos, deveria pautar o trabalho no serviço público. Na concepção de Almeida (2009), todo servidor público deve estar imbuído pelo “espírito público”, através do qual a sua atuação estará pautada, na busca “de dias melhores para todos e todas” (P. 55). Chanlat (2002), na mesma direção, afirma que as ações públicas deveriam estar voltadas para uma ética muito específica: a ética do bem comum, devido à importância que esta representa para o serviço público.

Esse “espírito público”, recorrendo à expressão de Almeida (2009), e que pode ser entendido como disponibilidade, compromisso e atenção ao atendimento ao cidadão, pouco foi abordado: apenas 13 dos 93 participantes mencionaram aspectos relacionados à natureza da atividade do servidor público, quando indagados sobre o que significaria trabalhar nesse segmento. De modo semelhante, a maioria não fez menção sobre a relevância de executar um cargo público.

Esses achados se apresentam discrepantes de concepções segundo as quais o bem da coletividade e ações voltadas para o interesse público constituem-se como aspectos que deveriam ser considerados por aqueles que almejam ingressar no funcionalismo público (Almeida, 2009; Chanlat, 2002; Dias, 2009; Saravia, 2006; Suxberger, 2009).

No entanto, conforme Zanella, Reis, Titon, Urnau e Dassoler (2007) assinalam, os sentidos produzidos pelos sujeitos são indissociáveis de suas trajetórias e do contexto histórico em que vivem. No caso desses participantes, pode-se conjecturar que o fato de terem mencionado muito mais a estabilidade e remuneração do que a relevância de ser um servidor público ou a natureza e finalidades do trabalho nesse setor pode estar atrelado ao momento que estão vivenciando, qual seja, a busca por um emprego que garanta a permanência no contexto produtivo, havendo, inclusive, um desconhecimento sobre a tarefa que virá depois do ingresso.

Mesmo assim, os resultados possibilitam questionar como serão as futuras atuações profissionais nesse setor. Uma vez que, ao não terem a devida clareza a respeito da importância do seu papel, conforme Dias, “pode ocorrer que nosso ex-candidato e agora servidor público acabe se tornando um escravo das estatísticas, fazendo somente o necessário para atingir uma produtividade (às vezes mínima) que lhe evite problemas” (2009, P. 44). Desse modo, a estabilidade, mesmo sendo uma característica essencial desse segmento, na medida em que garante que o trabalhador será demitido apenas por falta grave, abre espaço para que o servidor assimile a sua atividade de trabalho como algo marginal em sua vida (Soratto, 2000). Em suma, corre-se o risco de as circunstâncias que demandam aos *concurseiros* buscarem pragmaticamente a alternativa do serviço público tornem-os vinculados ao seu futuro trabalho tão precariamente quanto aqueles inseridos em outros setores dos contextos produtivos contemporâneos.

## Considerações finais

Os achados e reflexões aqui formulados limitaram-se ao recorte de um dos objetivos propostos pela pesquisa de mestrado referida. Assim, outras discussões e inquietações emergentes da problemática proposta e investigada poderão ser publicados e abordados posteriormente.

Todavia, os resultados apresentados neste artigo possibilitaram conhecer e tecer reflexões sobre os motivos pelos quais *concurseiros* buscam o serviço público, além de delinear um perfil dos *concurseiros* pesquisados e dar início a algumas discussões pertinentes e importantes acerca do assunto, lançando alguma luz sobre a temática da busca pelo emprego no setor público.

Os achados indicaram que a maioria dos pesquisados almejantes ao ingresso no serviço público são jovens adultos no início de carreira profissional. Expressaram ainda elementos relativos à situação econômica, social e educacional vigente, e obstáculos do mundo do trabalho contemporâneo, no qual pessoas com ensino superior, pelas dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, vislumbram no serviço público garantia de estabilidade financeira e possibilidade de carreira. Os concursos públicos tornam-se, nesse contexto, uma forma de conseguir essa inserção, mesmo que para exercer o trabalho posteriormente em cargos para os quais sua formação profissional não foi direcionada. Assim, essas pessoas, apesar de terem uma formação de nível superior, não a exercem, ou a exercem de modo precário para, durante certo tempo de suas vidas, se dedicarem à preparação para lograr êxito nesses concursos.

Para Soratto (2000), a busca pela estabilidade torna-se um fato compreensível, tendo em vista as condições socioeconômicas vigentes. Contudo, ao almejarem o ingresso no serviço público, atraídos pela estabilidade, renda e demais benefícios oferecidos por esse setor, a característica intrínseca ao trabalho nesse segmento, referente ao compromisso ético com a coletividade, tal como apontada por diversos autores (Almeida, 2009; Chanlat, 2002; Dias, 2009; Saravia, 2006; Suxberger, 2009), praticamente não foi referida pelos *concurseiros*.

Convém, então, fomentar discussões acerca das motivações para o ingresso no serviço público, sendo primordial que sujeitos com essa intenção possam ter mais clareza a respeito das finalidades e natureza do trabalho nesse segmento, mediante o desenvolvimento de atividades associadas ao bem da coletividade, ao bem comum. Considera-se que este deveria ser um dos principais balizadores dos motivos para ingresso no serviço público, e não tão somente os possíveis benefícios ofertados aos seus trabalhadores.

Desse modo, recomenda-se às administrações públicas que, quando do ingresso de novos servidores, realizem treinamentos e capacitações adequadas, buscando explicitar e construir uma cultura organizacional focalizada no objetivo do “serviço” orientado para o bem da coletividade. A adoção de programas de socialização e de acompanhamento sistematizado do servidor recém-chegado também poderia auxiliar no suprimento dessa lacuna. O setor de Gestão de Pessoas poderia inclusive, por meio de recursos como entrevistas e/ou encontros grupais com seus novos servidores, melhor conhecer suas trajetórias acadêmicas e/ou profissionais prévias, suas motivações, expectativas e qualificações, de modo a poder encaminhá-los para tarefas mais compatíveis a esses elementos e a melhor aproveitar o potencial de trabalho que apresentam.

A elaboração e implantação de programas de Orientação Profissional e de Carreira (OPC) junto a cursinhos preparatórios, conhecendo esses motivos da busca pelo serviço público, também podem ser uma iniciativa relevante. A OPC, nesse aspecto, tem um grande papel a desempenhar, no sentido de poder assistir esses sujeitos, proporcionando-lhes reflexões quanto à sua futura inserção profissional, ao que esperam do serviço público, bem como ao delineamento de estratégias para o planejamento de carreira que possam estar aliadas à sua realização pessoal e profissional.

## Referências

- Almeida, R. R. S. M. T. de. (2009). Você já foi a provado em um concurso público? A missão agora é ser aprovado como servidor público, na vida pública, com espírito público, em benefício do público. In J. A. Dias, A. H. G. Suxberger, C. R. D. Garcia, & R. R. Manente (Orgs.), *O que fazer depois de passar em um concurso público* (pp. 51-59). Blumenau: Nova Letra.
- Alves, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho* (2ª ed.). Londrina: Práxis.
- Antunes, R. (1999). O mundo precarizado do trabalho e seus significados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2 (1), 55-59.
- Antunes, R. (2003). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes R. & Pochmann M. (2007). O novo mundo do trabalho, o trabalho no novo mundo. *Jornal da Unicamp*, 354.
- Barbosa, A. F. (2004). O mercado de trabalho brasileiro pós-1990: mudanças estruturais e o desafio da inclusão social. In *Seminário Internacional Empleo, Desempleo y Políticas de Empleo en el Mercosur y la Union Europea*, Buenos Aires.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília.
- Brasil, (2007). *Decreto Federal nº 6.096 de 24 de abril de 2007*. Brasília.
- Chanlat, J. F. (2002). O gerencialismo e a ética do bem comum: a questão da motivação para o trabalho nos serviços públicos. *Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de La Admistracion Pública*, 7. Lisboa, Portugal.
- Chizzotti, A. (2005). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2009). *Tabelas de áreas do conhecimento*. Recuperado em 07 de maio, 2009 de <http://www.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm>
- Codo, W. (1996). Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In J. E. Borges-Andrade, W. Codo & A. Tamayo (Orgs.), *Trabalho, organização e cultura* (pp. 21-40). São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.
- Coutinho, M. C. (2006). *Participação no trabalho* (Coleção Trabalho Humano). São Paulo: Casa do Psicólogo/All Books.

- Coutinho, M. C., Krawulski, E. & Soares, D. H. P. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19 (especial), 29-37.
- Dantas, D. A. G. (2002). Abordagem sobre a estabilidade do servidor público e a emenda constitucional Nº 19/98. *Revista do Cesuc*, 3 (7).
- Dias, J. A. (2009). Um compromisso ético pela riqueza humana. In J. A. Dias, A. H. G. Suxberger, C. R. D. Garcia & R. R. Manente (Orgs.), *O que fazer depois de passar em um concurso público* (pp. 43-49). Blumenau: Nova Letra.
- Douglas, W. (2008). *Palavra para os concurseiros amadores*. Recuperado em 10 de outubro, 2008, de: <http://www.pciconcursos.com.br/comopassar/136>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2007). *PNAD 2006 primeiras análises*. Rio de Janeiro.
- Jacques, M. G. (1996). Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In J. E. Borges-Andrade, W. Codo, A. Tamayo (Orgs.), *Trabalho, organização e cultura* (pp. 41-47). São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.
- Krawulski, E. (1991). *Evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelo trabalhador de hoje*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Krawulski, E. (1998). A Orientação Profissional e o significado do trabalho. *Revista da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais*, 2 (1), 5-19.
- Krawulski, E. (2004). *Construção da identidade profissional do psicólogo: vivendo as "metamorfozes do caminho" no exercício cotidiano do trabalho*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Marconi, N. (2003). Evolução do perfil da força de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990. *ENAP Revista do Serviço Público*, 54 (1), 9-45.
- Matos, A. C. de. (1994). Alienação no serviço público. *Psicociência e profissão*, 14, 28-33.
- Melo, S. L. & Borges, L. O. (2007). A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. *Psicociência e Profissão*, 27, 376-395.
- Minayo, S. C. M. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (8ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2009). *Estatísticas de vagas autorizadas*. Recuperado em 25 de junho, 2009, de <http://www.servidor.gov.br/concursos/index.htm>
- Neves, J. M. d'A. (2005). *A face oculta da organização: a microfísica do poder na gestão do trabalho*. Porto Alegre: Sulina.
- Nogueira, R. P. (2005). *Novas tendências internacionais da força de trabalho do Setor público: o Brasil comparado com outros países*. Universidade de Brasília. Recuperado em 10 de junho, 2008, de [http://www.opas.org.br/rh/admin/documentos/rpn\\_port.pdf](http://www.opas.org.br/rh/admin/documentos/rpn_port.pdf)
- Nunes, E. (2006). 53% dos formados no país trabalham em outras áreas. *Folha de São Paulo*, p. 1. Recuperado em 13 de outubro, 2009, de [http://www.databrasil.org.br/Databrasil/DB\\_PublicacoesOutros.htm](http://www.databrasil.org.br/Databrasil/DB_PublicacoesOutros.htm)
- Nunes, E. (2004). Marco Regulatório, universidade e mercado. *Jornal Folha Dirigida*, p. 4. Recuperado em 13 de outubro, 2009, de [http://www.databrasil.org.br/Databrasil/DB\\_PublicacoesOutros.htm](http://www.databrasil.org.br/Databrasil/DB_PublicacoesOutros.htm)
- Pimentel, R. G. (2007). "E agora, José?": jovens psicólogos recém formados no processo de inserção no mercado de trabalho. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2001). *Edição Eletrônica do Perfil de Florianópolis*. Recuperado em 9 de junho, 2008, de <http://www.pmf.sc.gov.br/portal/pmf/cidade/perfildeflorianopolis/>
- Saravia, E. (2006). O sistema de carreira no setor público: descrição análise comparativa e perspectivas. In I. de S. A. Da Costa & M. Balassiano (Orgs.), *Gestão de carreiras: dilemas e perspectivas* (pp. 150-178). São Paulo: Atlas.
- Schein, E. H. (1996). *Identidade profissional: como ajustar suas inclinações a suas opções de trabalho* (M. Black, Trad.). São Paulo: Nobel.
- Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Silva, M. M. (2004). O trabalho para jovens graduados no novo modelo de acumulação capitalista. *Revista Perspectiva*, 22 (2), 405-424.
- Soratto, S. L. (2000). *Servidor público: o mito do servidor que não quer trabalhar*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

- Suxberger, A. H. G. (2009). O tamanho dos nossos sonhos: política e democracia no espaço entre nós e o contexto. In J. A. Dias, A. H. G. Suxberger, C. R. D. Garcia & R. R. Manente (Orgs.), *O que fazer depois de passar em um concurso público* (pp. 21-31). Blumenau: Nova Letra.
- Tolfo, S. R., Coutinho, M. C., Almeida, A. R., Baasch, D. & Cugnier, J. (2005). Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho [CD-ROM]. In *Anais do Fórum CRITEOS*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Zanela, A. V., Reis, A. C., Titon, A. P., Urnau, L. C. & Dassoler, T. R. (2007). Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19 (2), 25-33.

### **Endereço para correspondência**

prianny@gmail.com, edite@cfh.ufsc.br

Recebido em: 24/03/2010  
Revisado em: 25/10/2010  
Aprovado em: 13/12/2010